Cenários de Curto e Médio Prazo para a Moldávia sob um Governo Pró-Rússia

Bandeiras da Moldávia e da União Europeia hasteadas em frente ao prédio do governo em Chişinău. Uma vitória eleitoral pró-Rússia poderia inverter o curso pró-UE simbolizado por essa imagem.

José Manuel Diogo

Set 2025

A eleição parlamentar de 28 de setembro de 2025 na Moldávia foi descrita pela presidente Maia Sandu como um momento “**existencial**” para o futuro europeu do país. Trata-se de uma encruzilhada geopolítica: o pequeno país historicamente oscila entre influência russa e europeia.

Neste contexto, **consideramos um cenário hipotético em que partidos abertamente pró-Rússia saem vitoriosos**, formando o próximo governo. A seguir apresentamos um **forecast detalhado de possíveis desdobramentos, no curto prazo (6–12 meses) e médio prazo (2–3 anos)**, abordando: (1) impactos na política interna moldava, (2) consequências para a União Europeia enquanto projeto geopolítico, e (3) efeitos indiretos sobre o acordo União Europeia–Mercosul. As análises baseiam-se em fontes atualizadas e confiáveis, incluindo think tanks e órgãos europeus, conforme solicitado.

1. Impactos na Política Interna da Moldávia

Curto Prazo (6–12 meses)

- **Redirecionamento Geopolítico Imediato:** Um governo moldavo leal ao Kremlin provavelmente **frearia ou paralisaria o processo de adesão à UE**. Fontes independentes apontam que a influência de Moscou em Chişinău *“quase certamente sabotaria a candidatura da Moldávia à UE”*. De fato, perder a maioria pró-Europa *“poderia desacelerar ou até estancar o caminho de Chişinău rumo à UE”* segundo observadores locais. Os novos líderes tenderiam a **“desviar o país dos laços com Bruxelas”**, rompendo com a trajetória europeísta do governo anterior.
- **Aproximação de Moscou e reversão de políticas:** Nas primeiras decisões, esperaríamos uma **guinada diplomática e econômica em direção à Rússia**. Por exemplo, os partidos pró-Kremlin prometeram ao eleitorado gás russo barato e benefícios perdidos sob o governo pró-UE. Assim, **acordos energéticos com Moscou** e maior dependência econômica da Rússia podem ressurgir, revertendo a recente diversificação energética que reduziu a dependência do gás russo. Políticas alinhadas às preferências do Kremlin – como **abandono de sanções contra a Rússia** ou maior cooperação com a União Econômica Eurasiática – poderiam ser implementadas.
- **Riscos à democracia e às liberdades:** Inicialmente, o novo governo deve **estagnar reformas democráticas e anticorrupção** exigidas pela UE. Vale lembrar que o objetivo estratégico de Moscou é *“enfraquecer as instituições e fomentar a corrupção”* na Moldávia – condições que facilitam a influência russa. No curto prazo, podem ocorrer *expurgos* de funcionários pró-ocidente e reversão de medidas de transparência. Órgãos midiáticos pró-Rússia, antes banidos por disseminar desinformação, podem ser **reabilitados**, alterando o ambiente informativo. Embora mudanças legais drásticas (como censura aberta ou leis repressivas) levem mais tempo, já nos primeiros meses a **liberdade de imprensa e a atuação de ONGs pró-democracia** sentiriam pressão

crescente.

- **Segurança nacional e Transnístria:** Imediatamente, a **postura da Moldávia em relação à Rússia e ao conflito na Ucrânia mudaria**. Um governo pró-Rússia **não apoiaria Kiev abertamente** – possivelmente declarando neutralidade ainda mais estrita – e **poderia coordenar-se com Moscou** sobre a região separatista da Transnístria. Tropas russas já estacionadas ali (cerca de 1.500 soldados) deixariam de ser tratadas como ameaça. Ao contrário do governo Sandu, que denunciava a presença militar russa, o novo regime **acolheria essa presença**, talvez até **ampliando a cooperação militar discreta**. Isso cria, de imediato, **um ponto de pressão estratégica contra a Ucrânia** na sua fronteira sudoeste e um possível **posto avançado russo próximo à UE**. Em resumo, a Moldávia poderia se tornar para a Rússia o que Belarus se tornou no norte: **um aliado fronteiriço através do qual projetar poder militar e híbrido**. Analistas alertam que, sob um governo pró-Kremlin, o país arrisca virar **“uma segunda Belarus, alinhada à Rússia contra a Ucrânia”**, com perda de soberania e liberdade em troca de tutela russa.
- **Clima político interno:** Nos meses iniciais, a **polarização interna se acentuará**. Simpatizantes da integração europeia (ainda uma parcela significativa da sociedade) provavelmente protestariam contra qualquer retrocesso brusco na política externa ou em direitos civis. O novo governo, por sua vez, pode adotar uma retórica nacionalista e anti-Occidente para justificar medidas impopulares, culpando a “herança” do governo anterior pelos problemas econômicos. Diante de possíveis manifestações pró-UE, é provável algum **endurecimento policial ou jurídico** – ainda que limitado no curto prazo – sob o pretexto de combater ameaças à ordem. Em síntese, a atmosfera interna tenderá a ficar tensa e instável, com **incerteza política crescente** caso a maioria pró-Rússia seja frágil. Aliás, se o Partido Ação e Solidariedade (PAS) perder a maioria absoluta, será necessário **costurar coalizões**, cenário que Moscou pode explorar para semear discórdia e forçar novas eleições. Essa incerteza política adiciona volatilidade nos primeiros meses, com risco de **paralisia governativa** ou governos efêmeros.

Médio Prazo (2–3 anos)

- **Abandono do projeto europeu:** Passados dois a três anos sob forças pró-Rússia, a Moldávia provavelmente **teria se afastado estruturalmente da UE**. Na ausência de reformas, e com possíveis violações de critérios democráticos, as negociações de adesão permaneceriam congeladas **de fato**, senão formalmente. A janela de oportunidade aberta em 2023 para adesão poderia se **fechar no próximo ciclo da UE**. Ou seja, ao aproximar-se de 2027, a Moldávia poderia já **não constar mais como candidata viável**, a menos que ocorra outra mudança de governo. Nesse período, **enlargement sceptics** (céticos em relação à expansão) dentro da UE se sentiriam validados, reforçando o isolamento de Chişinău. Internamente, a retórica oficial tenderia a enfatizar uma **“parceria estratégica”** com a Rússia em vez da integração europeia,

possivelmente formalizando essa guinada em documentos de governo. Embora seja improvável uma renúncia explícita ao status de candidato (pois isso caberia mais à UE decidir), na prática a **trajetória europeia estaria estagnada ou revertida**.

- **Dependência e alinhamento ao Kremlin:** Em 2–3 anos, a Moldávia sob governo pró-Russo tenderia a **cimentar laços econômicos e políticos com Moscou**. Isso poderia envolver ingressar como observador ou membro pleno de organismos liderados pela Rússia, como a União Econômica Eurasiática, e **estreitar a cooperação militar com o CSTO** (aliança de segurança russa), apesar da neutralidade constitucional. A economia moldava, carente de investimentos ocidentais após o esfriamento com a UE, ficaria **ainda mais dependente de importações, crédito e energia russas**. Tal dependência dá a Moscou alavancagem significativa sobre o país – conforme visto historicamente, por exemplo, no uso do gás como instrumento de pressão. Geopoliticamente, a Moldávia poderia atuar como **voto alinhado à Rússia em fóruns internacionais**, abandonando o alinhamento com resoluções da UE/ONU que condenam agressões russas. Esse realinhamento seria visível em questões como sanções internacionais (onde Chişinău provavelmente deixaria de acompanhar medidas ocidentais) e na política regional (por exemplo, **aproximação da Bielorrússia e outros aliados de Moscou**). Em resumo, **a Moldávia se integraria na esfera de influência russa**, possivelmente em grau similar ao de Belarus, porém alcançado por via eleitoral em vez de coercitiva.
- **Erosão democrática e autoritarismo crescente:** Ao longo de alguns anos, é provável uma **erosão mais profunda das instituições democráticas e das liberdades civis**. Regimes pró-Rússia na região tendem a **concentrar poder e enfraquecer pesos e contrapesos**. Na Moldávia, isso pode significar captura política do Judiciário (barrando investigações de corrupção envolvendo figuras pró-Rússia), enfraquecimento do Parlamento frente ao Executivo ou influências oligárquicas, e restrições incrementais à imprensa independente e à oposição. Já nos primeiros meses mencionamos a pressão sobre mídia e ONGs; em 2–3 anos, isso pode se traduzir em **leis inspiradas no modelo russo** – *por exemplo, leis “de agentes estrangeiros”* para ONGs pró-Occidente, **censura oficial a veículos críticos** e uma máquina de propaganda estatal robustecida. A sociedade civil, antes vibrante, enfrentaria **ambiente hostil**, com intimidações e perda de financiamento (caso a ajuda ocidental diminua). Especialistas avaliam que Moscou vê instituições fracas como *“sua melhor aliada”* na Moldávia, pois facilitam a manipulação política. Assim, após alguns anos de governo pró-Kremlin, a Moldávia poderia figurar significativamente pior nos indicadores de democracia e liberdade de imprensa, possivelmente ao lado de países autoritários do entorno.
- **“Bielorrussificação” da Moldávia:** O risco de a Moldávia **se tornar uma “segunda Belarus”** deixa de ser mera retórica e pode se concretizar em vários aspectos. Isso significa **subordinação da política externa e de segurança aos interesses russos, presença ampliada de conselheiros ou agentes russos** em órgãos de segurança, e até perda de controle efetivo sobre partes do território. A região da Transnístria, já de

fato controlada por separatistas pró-Rússia, poderia ganhar status especial reconhecido pelo novo governo – cristalizando a influência do Kremlin ali. Moscou poderia usar o território moldavo para “**operações híbridas contra países da UE**”, segundo analistas, incluindo espionagem, desinformação e contrabando, sem resistência de Chişinău. No pior caso, se a guerra na Ucrânia evoluir, a Moldávia alinhada a Putin **poderia ser arrastada para o conflito** – por exemplo, permitindo que tropas russas estacionadas em Transnístria abram uma frente ocidental contra a Ucrânia. Nesse horizonte de 2–3 anos, a Moldávia estaria longe do abrigo institucional europeu e **cada vez mais presa ao eixo Moscou-Minsk** em termos de alinhamento.

- **Impactos socioeconômicos:** No médio prazo, um realinhamento geopolítico radical também traria consequências econômicas e sociais. A prometida “prosperidade” via amizade com a Rússia pode não se materializar para a população. Sem as ajudas e investimentos da UE (a UE aprovou €1,8 bi em apoio à Moldávia em 2023, valor cujo desembolso futuro ficaria incerto), a economia moldava pode **estagnar ou agravar sua dependência em relação à Rússia e a países da CEI**. Isso dificulta a diversificação e modernização que as reformas pró-UE buscavam. O êxodo de jovens para a UE, já alto, poderia aumentar diante da falta de perspectivas e do recrudescimento autoritário. Paradoxalmente, esse êxodo drena mão-de-obra e beneficia a UE com trabalhadores, mas deixa a Moldávia **ainda mais vulnerável a dinâmicas de declínio demográfico e falta de capacidades internas**. Em suma, a médio prazo o país enfrentaria **desafios socioeconômicos crescentes**, sem o apoio ocidental e sob um modelo de desenvolvimento dependente e menos transparente.

Em conclusão desta seção, um triunfo eleitoral dos partidos pró-Rússia traria **repercussões domésticas sísmicas para a Moldávia**. No curto prazo, veríamos uma mudança abrupta de orientação – **adesão à UE em pausa e braços abertos a Moscou** – seguida por incerteza e tensão política interna. No médio prazo, firmar-se-ia um **redirecionamento estrutural do país para a órbita russa**, com concomitante declínio democrático. A Moldávia arriscaria tornar-se **um Estado semi-capturado por interesses do Kremlin**, perdendo autonomia de decisão e distanciando-se dos padrões políticos e econômicos ocidentais.

2. Consequências para a União Europeia como Projeto Geopolítico

Curto Prazo (6–12 meses)

- **Abalo na credibilidade geopolítica da UE:** Uma vitória pró-Rússia na Moldávia seria interpretada como **revés estratégico para a União Europeia** em seu próprio continente. Think tanks europeus apontam que esta eleição é um verdadeiro *teste de credibilidade* para a UE enquanto potência regional. Se o resultado for adverso à integração, a percepção imediata será de que **a UE “perdeu” a Moldávia para a**

influência russa, apesar de todo o suporte político e financeiro dado a Chişinău nos últimos anos. Isso **mina a credibilidade do projeto de expansão e influência da UE no Leste Europeu**, mostrando aos aliados (e rivais) que o Kremlin pode reverter avanços ocidentais mesmo em países candidatos à UE. Em outras palavras, **um recuo da Moldávia enfraquece a narrativa de que a UE é irresistivelmente atrativa e capaz de ancorar democracias vizinhas**. O European Council on Foreign Relations ressalta que uma reversão em Chişinău “**solaparia a credibilidade do alargamento**” do bloco. Esse dano à imagem ocorre **justamente quando a UE tenta reafirmar seu papel geopolítico** em meio à guerra na Ucrânia.

- **Fragilização da coesão e unidade europeia:** No curto prazo, o desdobramento moldavo também **testa a coesão interna da UE**. Os 27 enfrentariam a questão de como reagir a um país vizinho agora alinhado a Moscou. Poderiam surgir **divergências entre os Estados-membros**: vizinhos como Romênia, Polônia e Estados Bálticos podem pedir linha-dura e isolamento do novo governo moldavo, enquanto outros – talvez com posturas mais conciliatórias ou interesses econômicos – podem pregar engajamento pragmático. *Fatores ideológicos internos* também pesam: governos eurocéticos ou simpatizantes da Rússia dentro da UE (por exemplo, Hungria) poderiam relativizar a gravidade da situação, **reduzindo a resposta comum do bloco**. Essa divisão ficaria evidente em fóruns como o Conselho Europeu ao discutir declarações ou medidas sobre a Moldávia. Além disso, **a perda da Moldávia daria munição política a partidos populistas dentro da UE**, que argumentam contra o alargamento ou contra o confronto com Moscou. Em ano pré-eleitoral europeu (2024), esse episódio poderia ser explorado por forças eurocéticas para criticar a política externa de Bruxelas, **aprofundando polarizações no debate interno europeu**. Assim, a UE se veria não apenas com um revés externo, mas com **rachaduras internas mais expostas**, desafiando sua unidade diante de adversários.
- **Interrupção no processo de expansão (Balcãs e Leste):** Imediatamente após uma vitória pró-Rússia, a **dinâmica do alargamento europeu sofreria um choque de realidade**. A Moldávia, até então tratada como potencial história de sucesso, passaria a ser caso problemático. É provável que **Bruxelas congele temporariamente quaisquer novos passos nas negociações de adesão com a Moldávia**, aguardando clareza sobre as intenções do novo governo. Isso **quebraria o momentum** gerado pela concessão do status de candidato em 2022. A mensagem indireta para outros aspirantes (como Ucrânia, Geórgia e os países dos Balcãs Ocidentais) pode ser desmoralizante: mesmo após concessões e reformas, **a adesão pode escapar por fatores externos ou reversões políticas**. Fontes do Carnegie Europe alertam que um revés em Chişinău “**enfraquece a retaguarda da Ucrânia, complica a postura da UE no Mar Negro e fere a credibilidade do alargamento**”. Ou seja, **toda a política de expansão sofre um baque**, pois a UE parece incapaz de garantir o ancoramento de países sob pressão russa.

- **Preocupação nos Balcãs Ocidentais e Leste Europeu:** No curto prazo, líderes e populações dos países candidatos nos Balcãs e na própria Ucrânia/Geórgia **acompanharão com preocupação o desenrolar moldavo**. Um sinal imediato é a possível **redução do entusiasmo pró-UE em algumas sociedades**, que poderiam questionar: *vale a pena insistir na via europeia se a UE não consegue impedir reviravoltas pró-Moscou?*. A credibilidade da UE como fiadora de transformações positivas sofre. Além disso, **inimigos da integração europeia dentro desses países ganharão um argumento poderoso**. Por exemplo, na Sérvia e na Republika Srpska (Bósnia), forças pró-Rússia podem celebrar abertamente a “virada” moldava como prova de que a orientação pró-Occidente não é definitiva nem inevitável. Isso *estimula suas narrativas* e pode tornar governos pró-UE locais mais hesitantes ou vulneráveis. Em resumo, a curto prazo o cenário na Moldávia lança **uma sombra de dúvida sobre a viabilidade do projeto de expansão da UE**, impactando percepções muito além das fronteiras moldavas.
- **Reação imediata da UE – entre apoio e distanciamento:** Nos primeiros meses, a União Europeia precisará definir como lidar com a Moldávia “perdida”. Espera-se um **posicionamento oficial forte** – possivelmente do Parlamento Europeu ou dos Ministérios de Relações Exteriores da UE – lamentando qualquer retrocesso democrático em Chişinău e condicionando a continuidade do apoio financeiro ao respeito aos valores europeus. No entanto, a UE ficará limitada: sanções amplas são improváveis de imediato (dado que a Moldávia não é membro e sancionar poderia prejudicar ainda mais a população). Em vez disso, Bruxelas talvez **redirecione ou congele certos fundos** do pacote de apoio macrofinanceiro, enviando um sinal de reprovação. Simultaneamente, pode **aumentar o apoio aos países vizinhos vulneráveis** (Romênia, Ucrânia) para conter impactos de segurança. A curto prazo, a UE deve **reforçar a vigilância fronteiriça e de inteligência** – por exemplo, intensificando cooperação com a Romênia – dada a possibilidade de a Moldávia virar corredor de atividades ilícitas russas. Internamente, instituições europeias e think tanks vão analisar o caso moldavo para **aprender sobre as táticas russas de influência**, já que, conforme observado pelo ECFR, a Europa deve encarar a Moldávia como “*terreno de teste para sua resiliência*”, extraindo lições para proteger outros Estados vulneráveis. Em síntese, a curto prazo a UE oscila entre **mitigação de danos e reflexão estratégica**, mas com margem de manobra reduzida diante do fato consumado em Chişinău.

Médio Prazo (2–3 anos)

- **Reconfiguração da política de alargamento:** Em um horizonte de 2–3 anos, caso a Moldávia permaneça sob governo pró-Rússia, a UE provavelmente **recalibrará sua estratégia de expansão**. Uma consequência possível é a **dissociação dos destinos de Ucrânia e Moldávia no processo de adesão**. Inicialmente tratados em paralelo, os dois candidatos podem tomar rumos distintos: Bruxelas poderia **avançar negociações**

com a Ucrânia (se esta mantiver reformas e resistir à pressão russa), enquanto **congela indefinidamente as da Moldávia**. Essa decoupling seria simbólica, mostrando que a UE segue comprometida com ampliar suas fronteiras – mas apenas onde há alinhamento político claro. Por outro lado, **os céticos do alargamento dentro da UE ganhariam força**. Governos como o da Hungria, ou mesmo partidos em França, Holanda e outros, poderiam apontar a Moldávia como exemplo do *“perigo de trazer países instáveis ou inclinados à Rússia para dentro da UE”*. Isso tornaria ainda mais árduo o consenso para futuras adesões, **prejudicando candidatos dos Balcãs Ocidentais e do Leste**. Como notou um especialista, vetos de Estados-membros (especialmente Hungria) podem *“comprometer não só o futuro da Moldávia, mas a própria credibilidade da UE, resultando no distanciamento de Ucrânia e outros candidatos”*. Ou seja, **o insucesso moldavo pode gerar um efeito dominó de esfriamento do projeto de alargamento**, caso não seja contrabalançado.

- **Impacto no projeto geopolítico da UE (credibilidade e alcance):** No médio prazo, a **credibilidade da UE como ator geopolítico fica ferida** de maneira mais permanente. A narrativa de uma União capaz de projetar estabilidade, democracia e prosperidade em sua vizinhança oriental sofre revés. Adversários da UE (Rússia em particular, mas também China) explorarão o caso moldavo globalmente para argumentar que **a influência ocidental é reversível e frágil**. Por outro lado, parceiros potenciais – na África, Ásia ou América Latina – podem recalibrar expectativas sobre a UE: um bloco que, apesar de poder econômico, *tem limitações em converter vizinhos ao seu modelo político*. Isso **diminui o “soft power” europeu**. A médio prazo, se consolidar um satélite russo às portas do bloco, a UE talvez precise repensar aspectos de sua política externa e de segurança, priorizando resiliência fronteiriça em vez de expansão. Em termos de **postura global**, a UE pode tornar-se mais cautelosa em assumir compromissos, focando primeiro em **consolidar a unidade interna e proteger os membros atuais e fronteiras**. Tal introspecção geopolítica contrasta com a visão de uma UE crescente e influente. Em suma, o projeto de “Europa inteira e livre” retrocede, afetando a confiança de que a UE possa se tornar um ator determinante em rivalidade com potências autocráticas.
- **Relação UE–Moldávia: de parceiro promissor a vizinho problemático:** Com o passar dos anos, a relação institucional entre Bruxelas e Chişinău deve **esfriar consideravelmente**. Mecanismos de cooperação e diálogos de alto nível seriam suspensos ou manter-se-iam apenas no básico (ex.: cooperação técnica limitada, programas humanitários). A Moldávia poderia até **perder benefícios conquistados** durante seu período pró-UE – por exemplo, *fundos estruturais pré-adesão, facilitação comercial ou participação em programas como Erasmus+*. Tudo dependerá de *como o governo moldavo se portar*: se houver erosão democrática severa ou alinhamento claro com agressões russas, a UE possivelmente reagirá com medidas punitivas (sanções direcionadas a oligarcas, restrições comerciais seletivas, etc.). De todo modo, a médio prazo a **Moldávia deixará de ser tratada como “candidata séria” e passará a ser vista como “vizinho de risco”**. Poderemos assistir a **Bruxelas reforçando sua**

parceria com a Romênia e Ucrânia para contornar a Moldávia – por exemplo, investindo em infraestrutura que desvie transitamente de território moldavo – isolando assim economicamente o regime pró-Rússia. Essa mudança, de parceiro preferencial para estado tampão problemático, **reduz o alcance do projeto europeu** e cria na prática **uma nova linha divisória no mapa** (lembrando a divisão da Guerra Fria). No lugar de uma Europa alargada até as fronteiras da Ucrânia, teríamos **um vácuo geopolítico** entre a Romênia/UE e a Ucrânia, ocupado por uma Moldávia alinhada a Moscou.

- **Repercussão nos Bálcãs Ocidentais:** Nos países dos Bálcãs que aspiram à UE (Sérvia, Montenegro, Albânia, Macedônia do Norte, Bósnia e Herzegovina, Kosovo), o caso moldavo ao longo de alguns anos servirá de **referência – ou de alerta**. Dois cenários são possíveis, e ambos impactam a construção europeia. Primeiro, o **cenário negativo:** céticos do processo de adesão nesses países podem argumentar que *“a UE deixou a Moldávia na mão; melhor não depender dos europeus”*. Isso alimenta tentações de política externa mais equilibrada (ex.: Sérvia mantendo laços com Rússia e China) e **reduz o incentivo de reformas difíceis** pró-UE, já que a própria recompensa da integração parece incerta. Adicionalmente, se a Rússia obtiver sucesso na Moldávia, pode intensificar esforços subversivos nos Bálcãs (onde já exerce influência em segmentos políticos e midiáticos), complicando ainda mais o trabalho da UE por lá. Em contrapartida, existe o **cenário corretivo:** consciente do revés moldavo, a UE pode decidir **acelerar a integração de quem permanecer comprometido** para evitar nova perda. Por exemplo, poderia haver maior pressão para concluir negociações com Montenegro ou abrir capítulos com a Albânia e Macedônia do Norte, na tentativa de demonstrar que o alargamento ainda vive. Entretanto, isso exige unanimidade e vontade política que podem faltar se o humor na Europa pendem a ceticismo. De todo modo, *especialistas ressaltam a urgência de a UE sustentar a perspectiva de adesão nesses países para não alimentar o desalento*. Assim, a médio prazo, o legado moldavo será um debate intenso dentro da UE: **redobrar esforços e se fazer mais atraente**, ou **fechar-se mais temendo arriscar-se a novas decepções**. Essa escolha influenciará profundamente o futuro da construção europeia enquanto projeto geopolítico unificador no continente.
- **Segurança europeia e vizinhança instável:** No âmbito estratégico, alguns anos após a guinada moldava, a **arquitetura de segurança europeia sentiria os efeitos**. A OTAN e a UE teriam que lidar com um **“buraco negro” de segurança** entre Romênia (membro UE/OTAN) e Ucrânia (parceiro em guerra). Poderiam aumentar exercícios e presença da OTAN na Romênia e no Mar Negro para contrabalançar possíveis atividades russas na Moldávia/Transnístria. Isso reforça a militarização de fronteiras orientais da UE, exigindo recursos e atenção – desviando foco de outras frentes (Bálcãs, Sahel, etc.). Ademais, **fluxos migratórios e fronteiriços** podem tornar-se problemáticos: se o regime moldavo reprimir dissidentes, mais cidadãos podem buscar asilo na UE. A cooperação judicial e policial com a Moldávia poderia decair, dificultando o combate a tráfico de armas, pessoas e outras atividades criminosas transfronteiriças.

Assim, a **estabilidade do Leste Europeu como um todo fica comprometida**, o que reflete negativamente no grande projeto geopolítico da UE de um **“anel de países estáveis e amigos” a leste de suas fronteiras**. Em vez disso, a UE teria um vizinho cooptado pela Rússia, reduzindo a segurança coletiva e demandando vigilância permanente.

Em síntese, a **vitória de partidos pró-Rússia na Moldávia representaria um golpe simbólico e estratégico para a União Europeia**. No curto prazo, a **credibilidade e a coesão do bloco seriam testadas**, ao passo que no médio prazo a UE enfrentaria **um revés duradouro na sua política de ampliação e influência regional**. O caso moldavo serviria tanto de alerta sobre os limites do poder europeu quanto de estímulo para ajustes na estratégia – seja **reforçando internamente sua resiliência**, seja **repensando a abordagem com vizinhos e candidatos**. De qualquer forma, **o projeto de uma Europa ampliada e coesa sofreria atraso e novos desafios** após a perda da Moldávia para a órbita russa.

3. Impactos Indiretos sobre o Acordo União Europeia–Mercosul

Curto Prazo (6–12 meses)

- **Clima político e prioridades da UE:** No curto prazo, a **agenda política da UE seria dominada pela crise no Leste Europeu**, relegando assuntos comerciais a segundo plano. A brusca mudança na Moldávia exigiria atenção dos altos escalões da UE – discussões sobre segurança, sanções, energia, etc. – **diminuindo o foco e o capital político disponível** para concluir acordos comerciais complexos como o da União Europeia–Mercosul. Vale lembrar que o acordo UE–Mercosul, mesmo antes, enfrentava controvérsias e hesitação de alguns membros do bloco europeu (França, por exemplo, devido a preocupações ambientais). Num contexto em que líderes europeus estão preocupados com um vizinho alinhado à Rússia, é provável que a **vontade de avançar em frentes comerciais controversas diminua temporariamente**. Questões de segurança tendem a **ofuscar prioridades comerciais** no curto prazo. Assim, o cronograma para finalizar ou ratificar o acordo UE–Mercosul poderia sofrer *novos atrasos*, já que iniciativas legislativas e diplomáticas relacionadas ao acordo podem ficar em compasso de espera até que a situação europeia se estabilize.
- **Percepção internacional de estabilidade europeia:** A UE orgulha-se de ser um parceiro estável e previsível em acordos internacionais – porém, a perda da Moldávia pode **arranhar essa percepção aos olhos externos**. Embora a Moldávia não seja membro da UE, o episódio levanta questões sobre **a estabilidade do próprio continente europeu**. Investidores e governos do Mercosul (Brasil, Argentina, etc.) observam de perto a capacidade da Europa de lidar com suas crises regionais. **Convulsões geopolíticas no entorno da UE podem semear dúvidas:** por exemplo,

se um conflito ou forte tensão surgir na Moldávia, *haveria impacto na economia europeia? A UE manteria suas promessas comerciais durante crises?* São perguntas que podem ser levantadas discretamente em capitais sul-americanas. Ademais, diplomatas Mercosul podem interpretar que a UE, distraída com desafios internos, **terá menos energia para dedicar ao relacionamento transatlântico sul**. Isso **reduz expectativas de rápidas concessões ou implementações do acordo**, já que o foco político europeu estará noutro lugar. Em suma, a imagem de uma Europa plenamente estável – já abalada pelo Brexit e pela guerra na Ucrânia – sofreria mais um abalo, **o que não passa despercebido pelos parceiros Mercosul** e pode torná-los mais cautelosos.

- **Confiança e alinhamento nas negociações:** A consolidação de um governo pró-Kremlin na Moldávia ocorre no contexto mais amplo de um **mundo multipolar** em disputa de narrativas. Países do Mercosul – alguns governados por líderes de centro-esquerda e historicamente adeptos do não-alinhamento – têm adotado posições variadas em relação à guerra na Ucrânia e à influência ocidental. Um revés europeu no Leste pode reforçar, em certos círculos sul-americanos, a ideia de que **a ordem ocidental liderada pela UE/EUA está em declínio relativo**, enquanto países como Rússia e China ampliam presença (inclusive na América Latina). De fato, a UE já havia reconhecido preocupação com sua **influência decrescente na América Latina em face da atuação chinesa e russa**. No curto prazo, com a UE “derrotada” em uma disputa de influência, negociadores do Mercosul poderiam *endurecer suas posições*, questionando a pressa europeia em fechar o acordo. A lógica seria: *“A UE precisa mais desse acordo agora – para mostrar relevância geopolítica – do que nós; portanto, vamos exigir melhores termos.”* Ou, alternativamente, a confiança básica de que a UE conseguirá **ratificar e implementar** o acordo pode diminuir. Se parlamentares europeus ficaram mais divididos ou inclinados ao protecionismo após a crise moldava, os sul-americanos temerão **novos entraves na aprovação**. Isso abala a **confiança mútua no processo negociador**, pois cada lado receia que o outro talvez não entregue o que promete num momento de instabilidade.
- **Reação dos atores Mercosul:** No curtíssimo prazo, é improvável que haja mudanças oficiais de posição dos governos Mercosul devido à Moldávia, pois são questões distintas. Porém, *indiretamente*, a situação europeia pode **influenciar cálculos políticos domésticos na América do Sul**. Por exemplo, se a UE mostra-se fragilizada, vozes políticas céticas do acordo (como movimentos agricultores na Argentina ou grupos industriais no Brasil receosos da concorrência europeia) ganharão argumentos: podem dizer que *“a Europa está instável e desesperada por acordos; não devemos nos apressar em atar nosso destino a um parceiro em crise”*. Além disso, alguns líderes Mercosul que defendem uma postura externa mais autônoma – como enfatizar relações com os BRICS – poderiam usar o episódio para justificar tal caminho: *“Vejam, até na Europa há avanços russos; um mundo multipolar é realidade, não podemos depender só do Ocidente.”* Em resumo, **a narrativa internacional de que a influência ocidental enfraquece poderia ganhar tração na América Latina**, tornando os tomadores de

decisão do Mercosul um pouco mais hesitantes em abraçar um acordo amplamente pró-ocidental.

Médio Prazo (2–3 anos)

- **Influência na ratificação e implementação do acordo:** No horizonte de alguns anos, o **efeito indireto mais palpável** de uma UE enfraquecida geopoliticamente pode ser sentido no tortuoso caminho de ratificação do acordo UE–Mercosul. Atualmente, mesmo sem a questão moldava, o acordo enfrenta resistência em diversos parlamentos nacionais da UE (por motivos ambientais e agrícolas). Uma UE lidando com **divisões internas maiores** (p.ex., ascensão de partidos nacionalistas eurocéticos nas eleições de 2024 alimentados por crises como a moldava) seria **menos capaz de construir consenso interno** para aprovar um acordo comercial multilateral de grande porte. Isso significa que *novas condições ou exigências* poderiam emergir na Europa – imagine pressões para incluir cláusulas de segurança alimentar ou dependência estratégica, refletindo a mentalidade de vulnerabilidade trazida pela guerra híbrida russa. Tais acrescentos complicariam ainda mais a conclusão do acordo, ou poderiam **adiar indefinidamente a votação em alguns países**. Em paralelo, se a economia europeia sofrer ou se concentrar em rearmamento e recuperação (pós-guerra na Ucrânia, etc.), o apetite político por acordos de livre comércio de longo alcance tende a diminuir. Portanto, no médio prazo, **a confiança do Mercosul de que a UE conseguirá ratificar o pacto pode se erodar**, a menos que vejam sinais claros do contrário. Esse déficit de confiança se baseia em fatos: conforme um relatório europeu vazado, **“o poder e a influência da UE no cenário internacional estão em jogo” inclusive na América Latina**, e divisões internas já *“travaram o acordo massivo UE-Mercosul”*, abrindo espaço para a China ocupar terreno. Se a UE não superar essas divisões (que a crise moldava potencialmente agrava), os parceiros Mercosul poderiam **duvidar da viabilidade do acordo a longo prazo**.
- **Recalibragem estratégica do Mercosul:** Em 2–3 anos, caso a Europa ainda enfrente instabilidades em sua periferia leste, os países do Mercosul podem ter ajustado seu próprio leme estratégico. Por um lado, o **Mercosul pode buscar diversificar parcerias** para não depender de uma UE distraída. Isso já é visível na inclinação de membros-chave para os BRICS: o Brasil de Lula reengajou-se ativamente com os BRICS, enquanto a Argentina (até 2023) flertava em aderir ao bloco sino-russo. Se a UE não concretizar o acordo, ou passar a imagem de um ator menos confiável, a tendência será o Mercosul **aprofundar laços com a China (acordos bilaterais de investimento, infraestrutura pela Nova Rota da Seda) e explorar acordos transpacificos**. Inclusive, há o cenário de **ruptura interna no Mercosul**: o Uruguai, por exemplo, já ameaçou negociar individualmente com a China se o acordo com a UE fracassar. Assim, o fiasco europeu no leste, ao minar a confiança em acordos multilaterais, *poderia levar a fragmentações ou realinhamentos dentro do próprio Mercosul*, enfraquecendo a

ideia de um bloco coeso dialogando com a UE.

- **Menor entusiasmo político pelo multilateralismo comercial:** A conjunção de guerras híbridas, revanchismo russo e disputas de poder tende a **tornar os países mais cautelosos e nacionalistas**. No médio prazo, dentro da UE, isso já se manifestaria numa opinião pública mais preocupada com segurança do que com livre-comércio – fertilizando terreno para **políticas protecionistas**. Do lado do Mercosul, cada país também passaria por seus ciclos eleitorais, nos quais a narrativa de *“proteção da indústria e agricultura nacionais”* pode ganhar força se perceberem a UE politicamente instável. Por exemplo, caso venham governos de perfil nacional-populista em países Mercosul, eles poderiam priorizar a autossuficiência regional e **desconfiar de depender de acordos longínquos com europeus**. Tudo isso se traduz num **esfriamento do impulso político** para ratificar e implementar o acordo UE–Mercosul. Em essência, se o mundo entrar numa fase de **esferas de influência e menor cooperação global**, uma Europa enfrentando adversidades locais contribui para essa tendência, e acordos inter-blocos ambiciosos perdem ímpeto.
- **Pressão pela coerência e estratégia da UE:** Por outro lado, a UE poderia reagir à perda de influência na Moldávia tentando **mostrar força e consistência em outras frentes, inclusive na América Latina**. Analistas observam que o acordo com Mercosul *“não é apenas comercial; trata-se de manter o pé da UE na região e agir de forma coerente externamente”*, coordenando interesses econômicos e geopolíticos. Logo, se houver visão estratégica em Bruxelas, o revés no leste pode servir de catalisador para **concluir o acordo Mercosul como um “prêmio de consolação” geopolítico** – uma forma de provar que a UE ainda consegue fechar parcerias relevantes. Nesse cenário, veríamos a Comissão Europeia e países como Espanha e Alemanha redobrando esforços para vencer resistências internas e fechar a associação birregional, capitalizando o discurso de que *“não podemos nos dar ao luxo de perder também a influência na América Latina”*. Essa postura estaria alinhada à recente ofensiva diplomática da UE na região, motivada justamente pela preocupação com o avanço sino-russo. A médio prazo, portanto, há uma **janela de oportunidade** onde a UE, aprendendo com os erros, busca **fortalecer credibilidade global entregando resultados concretos, como o acordo Mercosul**. Se isso ocorrer, seria um impacto indireto positivo – porém, requer união política que, conforme discutido, pode ser difícil de alcançar num contexto pós-Moldávia.
- **Confiança em acordos multilaterais:** Por fim, devemos considerar a **psicologia das relações internacionais**. Um golpe na frente leste pode reduzir a confiança não apenas no acordo Mercosul, mas em **acordos multilaterais em geral** envolvendo a UE. A partir do momento em que a UE for percebida como **menos coesa e menos confiável**, outros atores podem preferir negociações bilaterais ou formatos menos vinculantes. Países do Mercosul poderiam pensar duas vezes antes de se amarrar a um acordo extenso com 27 países, *temendo que compromissos assumidos hoje possam ser revertidos amanhã por alguma crise interna europeia*. Essa incerteza corrói a fé no

multilateralismo comercial, princípio pelo qual a UE sempre advogou. A própria cláusula de “**boa fé na implementação do Acordo de Paris**” no texto UE–Mercosul, por exemplo, já é vista com ceticismo quanto à credibilidade; novos abalos na confiança podem se espalhar para esse tipo de provisão, tornando todas as promessas mais suspeitas. Em contrapartida, regimes autoritários oferecem acordos “no strings attached” (sem condicionantes) – por mais desequilibrados que sejam, podem parecer mais estáveis na sua execução por não dependerem de tantos stakeholders. Assim, no médio prazo, **a segurança e previsibilidade dos acordos ocidentais pode ser comparada desfavoravelmente à agilidade de acordos patrocinados por China/Rússia**, o que seria um golpe conceitual no multilateralismo de regras que a UE sustenta.

Em conclusão, os **impactos indiretos sobre o acordo UE–Mercosul**, decorrentes de uma vitória pró-Rússia na Moldávia, manifestar-se-iam principalmente em forma de **mudanças de percepção e prioridades**. No curto prazo, a UE possivelmente desloca sua atenção para a crise vizinha, **atrasando o ímpeto político** para finalizar o acordo e lançando dúvidas sobre sua estabilidade como parceira. No médio prazo, a depender de como a UE navegue seus desafios internos, poderemos ver ou **maiores obstáculos na ratificação** – fruto de uma Europa mais dividida e menos confiável – ou uma **determinação renovada em concluir o pacto** para demonstrar relevância global. De qualquer forma, a confiança mútua e o timing ideal para o acordo **seriam afetados**. Como advertiu um relatório europeu, a influência da UE na América Latina já vinha declinando, com outras potências ocupando espaço. Cabe à UE provar que ainda é **um ator estável e capaz de honrar compromissos multilaterais**, apesar das turbulências em seu entorno – pois só assim conseguirá sustentar a confiança em acordos como o do Mercosul e em seu papel de **parceira confiável no palco mundial**.

Fontes:

- European Council on Foreign Relations (ECFR); Carnegie Europe; Center for European Policy Analysis (CEPA); Parlamento Europeu; Reuters; Deutsche Welle; Politico EU; Euractiv; **entre outros**.